

Revista Mundo Antigo

Entrevista Interview

Arqueologia Pública e Educação Patrimonial

Novas abordagens na relação Ciência e Sociedade.

Public Archaeology and Patrimonial Education

New approaches in science and society relationship



Entrevistada (interviewed): Profª Drª Nanci Vieira (UERJ)¹

Entrevistador: Prof. Dr. Julio Gralha (UFF-PUCG)

Uma homenagem a nossa primeira entrevistada na oitava edição.

Professora Nanci para darmos início a esta entrevista poderia contar-nos um pouco sobre sua trajetória acadêmica.

Decidi pela graduação em História por esta área de conhecimento apresentar relações com Arqueologia e na época não havia graduação em Arqueologia. Desde o final da graduação e por seis anos fui estagiária no Museu Nacional, na área de Antropologia Biológica e em seguida no Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. Envolvida em pesquisa e eventos científicos de Arqueologia, em 1980 participei da criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira, da qual sou sócia-fundadora. Cursei o Mestrado na USP, também em História, tendo por orientador o Prof. Afonso Passos, arqueólogo. Escolhi como objeto de pesquisa o material ósseo humano de dois sítios arqueológicos de Camburiú, em Santa Catarina, com o apoio do arqueólogo João Alfredo Rohr. Durante alguns anos participei da equipe da arqueóloga Lina Maria Kneip, desenvolvendo atividades nos sambaquis de Guaratiba e Saquarema (1983-2001), tendo analisado os sepultamentos do Sambaqui Zé Espinho no Laboratório de Antropologia Biológica da UERJ. Através de um colega de departamento, aceitei colaborar com o Grupo Tortura Nunca Mais, iniciando

¹ Profª Drª em História e Arqueologia da UERJ. Coordenadora do Laboratório de Antropologia Biológica da UERJ. Professora do Curso de Arqueologia da UERJ.

escavações no Cemitério de Ricardo de Albuquerque para a identificação de desaparecidos políticos (1992). Nesta época já defendia uma maior inserção do conhecimento acadêmico em questões sociais, envolvida também com o Comitê Intertribal na Conferência dos Povos Indígenas (1992), tendo implantado no Laboratório de Antropologia Biológica um projeto de extensão que atendia escolas e desenvolvia atividades de Educação Patrimonial (1990 – 2001). Como coordenadora do Laboratório de Antropologia Biológica, venho coordenando projetos de pesquisas arqueológicas, atualmente o laboratório tem o reconhecimento do IPHAN para guarda de acervo arqueológico. Após algumas pesquisas realizadas em Maricá e Itaboraí, defini meu Doutorado na UNICAMP, sob a orientação do arqueólogo Dr. Pedro Paulo Funari, quando desenvolvi tese na área de Arqueologia Histórica (2002). Com Pedro Paulo Funari venho desenvolvendo pesquisas e prática em Arqueologia Pública e Educação Patrimonial no Sul Fluminense, bem como diversas consultorias em Arqueologia nos Estados de Mato Grosso e Rio de Janeiro.

A Arqueologia Pública parece ainda não ser bem conhecida entre docentes e discentes de algumas áreas das ciências humanas. Como podemos defini-la e qual é o panorama atual?

O termo “Arqueologia Pública” foi utilizado pela primeira vez em 1972, associado às questões práticas relacionadas à gestão de patrimônio cultural em distinção aos estudos puramente acadêmicos. Entretanto, na década de 1980 a disciplina passa a abranger diversos outros questionamentos a partir das lutas pelo respeito e valorização da diversidade ambiental e cultural. Nos últimos anos a Arqueologia vem intensificando sua atuação junto às comunidades e diversos grupos sociais, de forma a divulgar e compartilhar o conhecimento arqueológico, reconhecendo a multiplicidade de interpretações do patrimônio arqueológico e cultural.

Cabe lembrar que a gestão eficaz dos recursos arqueológicos implica no desenvolvimento de diversos instrumentos e ações que desenvolvam senso de responsabilidade e mobilização da comunidade na identificação e proteção do patrimônio arqueológico. Em outras palavras, a preservação ocorre a partir da promoção de maior visibilidade aos recursos arqueológicos através das ferramentas da Arqueologia Pública e da Educação Patrimonial.

As discussões sobre Arqueologia Pública foram intensificadas pelo desenvolvimento de pesquisas preventivas através de contratos em empreendimentos diversos, com o desenvolvimento de estratégias e instrumentos para a sustentabilidade

sócio-ambiental. Este processo teve início com a Resolução CONAMA Nº1 que inseriu nos Estudos de Impacto Ambiental os estudos arqueológicos com o objetivo de estabelecer, em conjunto com os empreendedores, estratégias de preservação do patrimônio nacional. De forma a conciliar as licenças ambientais com a urgência de estudos preventivos de Arqueologia, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) regulamentou através da Portaria 230/2002 a necessidade de contextualização arqueológica e etnohistórica por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamentos arqueológicos de campo, resgate para os sítios arqueológicos a serem impactados, bem como um programa de Educação Patrimonial na área de influência do empreendimento.

A Arqueologia Pública tornaria o arqueólogo e Arqueologia mais próximos do público?

Sim. A Arqueologia Pública como campo de debate, preocupada com questões políticas e sociais, tem contribuído nas discussões sobre os problemas éticos do profissional em Arqueologia e sua contribuição para a sociedade quanto a aspectos científicos, educativos e econômicos. O que podemos observar é que tanto nos Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira como na internet cada vez mais encontramos trabalhos apresentados por arqueólogos sobre o tema.

A diversidade cultural e étnica do país representa um desafio para os arqueólogos preocupados na relação entre a pesquisa e os grupos sociais locais, na gestão do patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Observamos profissionais cada vez mais conscientes da responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, da sensibilização patrimonial e do processo re-educacional entre os pesquisadores, gestores e moradores da região. A Arqueologia Pública contribui para o interesse da sociedade sobre o patrimônio e nas medidas de preservação a serem adotadas em conjunto com a população, enquanto sujeito no processo de recuperação histórica local.

Uma Arqueologia Colaborativa/Participativa pressupõe uma prática arqueológica que estabelece reflexões sobre a produção e utilização dos conhecimentos sobre o passado, com a colaboração e o envolvimento coletivo, discutindo-se as questões relativas ao próprio desenvolvimento da pesquisa e a gestão do patrimônio cultural.

O que se entende por Educação Patrimonial?

Educação Patrimonial constitui uma prática educativa e social que integra estudos interdisciplinares na análise do patrimônio e da memória, de forma a fornecer aos indivíduos um instrumental que permita identificar, compreender e valorizar o patrimônio histórico-cultural de seu país, de sua região, de seu povo. Reinterpretar, reintegrar este patrimônio significa adquirir uma dinâmica moderna, um elemento na construção de uma identidade cultural.

Acredito que a Educação Patrimonial deve ser um processo permanente e sistemático sobre o Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. O contato direto com as evidências materiais e manifestações culturais em seus múltiplos aspectos, permite levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Educação Patrimonial não deve se utilizar do patrimônio arqueológico como simples representação do passado, mas reconhecer a multiplicidade de interpretações.

Que benefícios a Educação Patrimonial pode trazer para a cultura e para a economia de uma localidade ou região?

A preservação de um patrimônio cultural depende do significado que possui para a população. Para que este adquira significados no presente, torna-se necessário todo um novo “trabalho cultural” que parta da premissa de que o que é vivido, o experimentado é incorporado e utilizável em situações novas.

A acessibilidade ao patrimônio arqueológico e histórico permite ao público reinterpretar o passado, que ao se articularem com o presente adquirem novos significados. Esse processo de re-significação do patrimônio é que reveste o ato de preservar, pois se o patrimônio mantiver sua roupagem original, mantêm-se estático e não ocorre a identificação das pessoas com o mesmo. Assim, Educação Patrimonial é fundamental como suporte para a construção de uma consciência cultural e turística.

Qual a relação entre Arqueologia Pública e Educação Patrimonial?

De acordo com a Carta de Nairobi/UNESCO (1976) a "salvaguarda" de um sítio arqueológico ou conjunto destes implica na identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação, manutenção e revitalização dos mesmos e de seu entorno. As ações de preservação e conservação do patrimônio devem ser acompanhadas por programas educativos (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e

Natural/UNESCO, 1972), de forma a integrá-lo a um processo cultural, dando-lhe nova roupagem, significado para a população local.

Uma Arqueologia Pública pressupõe processos de sensibilização, acessibilidade e a gestão do patrimônio cultural, promovendo inclusão social através de instrumentos da Educação Patrimonial.

Existe um bom relacionamento entre as empresas, prefeituras (governos) e arqueólogos nos projetos envolvendo a Arqueologia Pública e Educação Patrimonial?

Na Europa são freqüentes os sítios museus, áreas arqueológicas preparadas para visitação, trazendo ao público em uma linguagem moderna temas da pré-história e sociedades do passado. No Brasil, o primeiro sítio museu foi criado em Goiânia com financiamento do governo do Estado e a Universidade Católica de Goiás. Iniciativas similares vêm ocorrendo no território fluminense como em Saquarema e Rio das Ostras, ambos com apoio das prefeituras locais. No Sul Fluminense as iniciativas ocorreram com financiamento da Eletrobrás Eletronuclear em Angra dos Reis e da Light em São João Marcos, Rio Claro. Estas iniciativas que permitem acessibilidade do público aos recursos arqueológicos estão cada vez mais disseminados no território brasileiro, como na Serra da Capivara (Piau) e Xingó (Sergipe), com estratégias de inclusão social e turismo cultural.

A professora Naci poderia relatar sua experiência de Arqueologia Pública e Educação Patrimonial no Sul fluminense?

Na área de Piraquara de Fora, em Angra dos Reis, foram identificados sítios arqueológicos pré-coloniais e Históricos, objetos de pesquisa financiada pela ELETRONUCLEAR como condicionante de Angra 2. As intervenções arqueológicas tiveram por objetivo fornecer subsídios para a preservação destes vestígios e implantação de um espaço para Educação Patrimonial. A identificação de um sítio arqueológico do tipo sambaqui na área das Usinas Nucleares através do Diagnóstico Arqueológico de Angra 3, ressaltou a importância da promoção de uma maior visibilidade dos recursos arqueológicos através das ferramentas da Arqueologia Pública e da Educação Patrimonial.



Escavações no local do Sítio em Angra.



O desenvolvimento do sítio museu na região de Angra.

As atividades de Educação Patrimonial, financiadas pela ELETRONUCLEAR, foram dinamizadas a partir de 2007 através da parceria com o Programa Jovens Talentos - CECIERJ/FAPERJ com a implantação de bolsas para alunos do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Angra dos Reis e Paraty e da Escola Indígena da Aldeia de Bracuí. Atualmente o projeto tem a participação de jovens de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro.

Jovens indígenas em campo com a prof^a. Nanci



A diversidade cultural e étnica do sul fluminense exige a utilização de instrumentos pedagógicos que cultivem a sensibilidade inter-cultural, a construção do conhecimento a partir da experiência, da busca da ancestralidade e conhecimentos tradicionais. Desta forma, as ações educativas patrimoniais compreendem a identificação, documentação, pesquisa, divulgação, com o objetivo de proporcionar a revitalização do patrimônio local, regional e sua preservação. Nesse sentido, ao se trabalhar o patrimônio histórico e cultural, busca-se estabelecer a permanência de vínculos entre a comunidade e este patrimônio, como bens de valores sociais e simbólicos, instrumentos de cidadania, marcadores de identidade étnica e cultural.

A participação de indígenas Guarani é motivada pela indagação de como a Arqueologia pode contribuir para o conhecimento das sociedades indígenas e, ao mesmo tempo, problematizar os encontros e desencontros, as continuidades e discontinuidades no processo de interação entre as sociedades indígenas e não-indígenas.

A estratégia pedagógica parte do princípio que aprender deve ser um ato de prazer, de descobertas, dinâmico. Desta forma, por meio de palestras, discussões, oficinas, buscam-se “o homem comum”, anônimo, emergindo na cena histórica. Assim, ao fazermos este patrimônio arqueológico e histórico aproximar-se de seus cotidianos, os tornamos reais, palpáveis e acima de tudo inteligíveis.

Oficina de Arqueologia



Oficina de Cerâmica



Ao mesmo tempo, no âmbito acadêmico, as atividades, ao envolver alunos de graduação, buscam prepará-los na decodificação do discurso acadêmico para a população, dinamizando a relação ensino-pesquisa-extensão.

O projeto representa um caminho de mão dupla, onde as pesquisas com a participação das comunidades não somente enriquecem as discussões acadêmicas, mas os jovens como multiplicadores, ampliam a divulgação do conhecimento arqueológico, ambiental e histórico. Para a empresa financiadora, o projeto envolvendo de forma sistemática as comunidades, permite uma maior visibilidade de suas ações sociais na região.

Mini currículo:

Currículo Lattes. <http://lattes.cnpq.br/5325449144623750>

Licenciada em História pela FAHUPE – Faculdade de Humanidades Pedro II – RJ (1976); mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1987) e doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Sócia Fundadora da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. Atualmente é professora adjunta da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, onde faz parte do corpo docente do curso de graduação em Ciências Sociais. Na mesma universidade coordena o Laboratório de Antropologia Biológica. Possui experiência nos campos de Arqueologia, Antropologia e História, com ênfase em Arqueologia Histórica, Antropologia Biológica e Etnologia Indígena. Possui experiências em Arqueologia Preventiva, com produção técnica em especial para a Eletrobras Eletronuclear e Grupo EBX.

Algumas publicações:

OLIVEIRA, Nanci Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo A; CHAMORRO, Leandro K.M. . Arqueologia Participativa: Uma experiência com Indígenas Guaranis. Revista de Arqueologia Pública, v. 4, p. 13-19, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo A; OLIVEIRA, Nanci Vieira de ; TAMANINI, Elizabete . Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras. Praxis archaeologica, v. 3, p. 131-138, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo A; OLIVEIRA, Nanci Vieira de . La Arqueología del conflicto en Brasil. In: Pedro Paulo A. Funari; Andrés Zarankin. (Org.). Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006, v. 1, p. 121-128.

FUNARI, P.; OLIVEIRA, N. V. & TAMANINI, E.. Arqueologia para o Público Leigo no Brasil: Três Experiências. In FUNARI, P.; ORSER, CH & NUNES DE OLIVEIRA SCHIAVETTO, S. (Eds) Identidades, Discursos e Poder: Estudos da Arqueología Contemporânea. Fapesp/Annablume, San Pablo, pp. 105-116, 2005

OLIVEIRA, Nanci Vieira de . Arqueologia e Historia: estudo de um Aldeamento Jesuítico no Rio de Janeiro. Cadernos do CEOM (UNOESC), Chapecó, v. 18, 2005.